

3 Da Educação

“(...) a educação do homem começa com o nascimento (...)”

Rousseau

3.1 Bases filosóficas do direito à Educação

O tema educação sempre se fez presente, uma vez que desde as sociedades mais antigas à mais atual a educação sempre foi objeto de análises filosóficas. Tal importância se deve ao fato de o homem ser um sujeito histórico que possui o poder de construir o presente e o futuro de acordo com suas necessidades e anseios. A cultura, o saber, são assim produzidos através da educação e repassados indefinidamente para futuras gerações que vão ampliando e atualizando conceitos e teorias. A educação, portanto, torna-se inesgotável e cada vez mais complexa.

Diversos filósofos perceberam a dimensão da importância da educação e se voltaram a estudá-la. Alguns acreditam que o saber é inerente ao indivíduo sendo necessário apenas o despertar; outros defendem a posição que o saber se deve a fatores externos. Há, contudo, um entendimento geral pela filosofia de que a educação é necessária para que o homem se desenvolva e exerça seu papel diante da sociedade e consiga agir de modo a conquistar os objetivos maiores: liberdade e felicidade.

O trabalho de alguns filósofos, dada a importância dos mesmos na concepção da educação e do direito do homem à educação, serão aqui retratados. Contudo, outros não citados também foram igualmente importantes no estudo da educação.

3.1.1 Gregos

O estudo da influência grega na educação inicia-se com os sofistas e importância dada à democratização do ensino. A palavra sofista deriva, etimologicamente, de *sophos*, que significa sábio ou professor de sabedoria. Este era o nome dado aos sábios itinerantes que romperam com os filósofos da época e foram criticados por Sócrates e Platão devido à atitude intelectual de cobrar por suas aulas. Sofista remete-se a sofisma, que por sua vez está relacionado àqueles que utilizam o raciocínio com má-fé, com o intuito de enganar.¹

Contudo, esta visão depreciativa foi atenuada e aos sofistas foi reconhecida a importância na educação democrática. Isócrates, Protágoras, Pródico e Hipódamos foram importantes sofistas. A democracia grega surge como uma forma de poder em que os homens ficam sujeitos apenas à sua capacidade de decisão, não havendo autoridade de um chefe ou a dominação de uma casta sobre a outra. Mas, estranhamente, esta forma de poder se restringe apenas àqueles grandes proprietários de terras excluindo mais da metade da população. Com o aumento da circulação de riquezas surge uma nova classe: a dos armadores e comerciantes. Porém, estes gregos que enriquecem não são iguais àqueles que possuem a propriedade da terra e do conhecimento, de modo que não reúnem os critérios para igual participação na formulação das leis. A atuação destes sábios foi marcante, pois fundaram escolas e passaram a cobrar pelos ensinamentos. Eles profissionalizaram a função e exigiram remuneração. Houve a valorização da figura do professor.² Os sofistas passaram a ensinar a esta classe emergente, uma vez que as portas da Academia lhe eram fechadas. Aos novos ricos são ensinadas estratégias de discurso que lhe permitem participar do debate público. Com os sofistas, a educação passa a significar instrução teórica para a formação do político.

Os jovens gregos buscavam as escolas dos sofistas devido, também, ao enorme fascínio que estes exerciam. Como eram grandes mestres na arte da oratória, tais sábios deram ênfase a seu ensino preparando, portanto, os cidadãos a participar das assembléias com um grande poder de convencimento.

¹ ARANHA, M.L. de A., *História da educação e da pedagogia*, p.68.

² BRANDÃO, C.R., *O que é educação*, p. 36 passim.

Isócrates fundou uma escola de nível superior onde formou diversas gerações. Centrou sua atenção na linguagem e dedicou-se ao discurso. Como outros retóricos, criticava os filósofos, pois para ele estes voltavam sua atenção para discussões inúteis, distantes da vida real. Como os demais sofistas, Isócrates criticava esta busca da ciência autêntica, da verdade desinteressada uma vez que considerava sem valor para a época.³

Além da gramática e da oratória, os sofistas valorizavam a reflexão antropológica ao promoverem discussões sobre a moral e a política. Ampliaram a noção de *Paidéia*: mais que apenas educação infantil, estendeu-se à contínua formação do adulto, capaz de repensar por si mesmo a cultura do seu tempo.⁴ Outra grande contribuição dos sofistas foi a sistematização do ensino. Ao contrário dos povos da Antiguidade Oriental que não dispunham de uma reflexão específica sobre a educação uma vez que esta se misturava com a religião, os gregos substituíram as explicações essencialmente religiosas pelo uso da razão prática. O uso da razão autônoma, da inteligência crítica e a atuação da personalidade livre são suficientes para estabelecer uma lei humana desvinculada de uma lei divina.

Diante disso, houve a necessidade de se elaborar a formação ideal do cidadão e não mais do herói. O cidadão passou a ser visto como sujeito transformador, aquele que elabora a cultura da cidade e que está voltado para o futuro. A educação grega, portanto, representou um ganho na sociedade ocidental e foi seguida por todas as cidades importantes, mesmo após a colonização romana. A tradição educacional grega foi tão importante e profunda que até hoje perdura na sociedade moderna. No entanto, apenas no Iluminismo do séc. XVIII é vista uma tentativa de se estender a formação humanística a todos, num ideal de educação universal.⁵

A importância dada à formação integral fez surgir, por volta do séc. V a.C., a *Paidéia*. Visto como o ideal grego de educação, no início significava apenas a educação de crianças, mas com o passar do tempo adquiriu novas feições tornando-se difícil atribuir-lhe um significado. Expressões tais como civilização, cultura, educação e tradição são necessariamente utilizadas para explicar seu

³ ARANHA, M.L. de A., *História da educação e da pedagogia*, p.73.

⁴ *Ibid.*, p, 69.

⁵ *Ibid.*, , p.76 et. seq.

significado, contudo não são precisas na explicação, uma vez que exprimem, cada uma, apenas parcela de seu conceito. *Paidéia*, na totalidade do seu conceito grego, abriga todos os termos de uma só vez. Com a evolução da sociedade grega e sua decadência política (fim do séc. IV e início do séc. III a. C) a *Paidéia* transformase em *Enciclopédia*.

No período entre os séculos XII e VIII a. C, os chamados Tempos *Homéricos*, havia ainda a concepção mítica do mundo. A educação era essencialmente a formação militar do nobre e os mitos gregos eram relatados em forma de poemas e transmitidos oralmente em praça pública para que os valores éticos, os costumes e a língua fossem transmitidos. Estes relatos míticos eram a base da educação. Apesar de não se saber ao certo se Homero existiu realmente, a ele é atribuída autoria de *Ilíada* e *Odisséia* cujas poesias míticas orientaram a educação de jovens gregos dessa época.

O período arcaico (séc. VIII a VI a.C) foi marcado pela transformação do mundo mítico em um mundo mais racional. O surgimento das cidades-estados (*polis*) e a instituição de leis escritas proporcionam o fim da arbitrariedade dos governantes e do domínio da vontade imutável dos deuses. As leis passam a ser fruto da criação humana sujeitas à discussão.

A autonomia da palavra e o poder da argumentação constituíram a *polis* e por meio do debate político libertou o indivíduo das determinações divinas de forma a torná-lo autor do seu destino. Essa nova realidade racional requer uma mudança na educação. Um novo processo educacional que atenda as necessidades deste novo homem grego. Cumpre ressaltar que as diferenças relacionadas ao padrão econômico dos educandos persistem. A educação ainda permanecia elitizada, atendendo principalmente aos jovens de famílias tradicionais da antiga nobreza, ou pertencentes a famílias de comerciantes enriquecidos.

Contudo, como as cidades-estados eram politicamente autônomas, o modo de educar diferenciava-se entre elas. Dois modelos educacionais de Esparta e Atenas devem ser destacados, uma vez que são profundamente diferentes. Esparta possuía uma perspectiva militar rígida baseada no conformismo, estatismo e na formação de cidadãos-guerreiros. Em Esparta, desde o século IX a.C já se podia vislumbrar uma organização educacional. A formação dos jovens era composta por um preparo militar e moral. Contudo, é a partir do século IV a. C que o rigor na educação é levado ao extremo. As crianças permaneciam com as famílias até

os sete anos e recebiam do Estado uma educação pública e obrigatória. Porém, como o objetivo era formar guerreiros, aos doze anos o rigor aumentava e a educação transformava-se em verdadeiro treinamento militar.

Atenas, que utilizava a concepção de Paidéia, de formação humana livre com diversidade social, cultural e antropológica, valorizava a diferença, o indivíduo e sua capacidade de construção do próprio mundo interior e social.⁶ Ao lado da educação física, destacava-se a formação intelectual para que o cidadão melhor pudesse participar do destino da *polis*. Apesar de ser uma sociedade escravagista, Atenas foi um exemplo de sociedade democrática. Seu modelo educacional era voltado para melhor preparar os cidadãos não apenas intelectualmente, mas também na retórica, raciocínio lógico e poder de argumentação. A formação educacional de Atenas dividia-se em três fases: elementar, secundária e superior. Possuíam, ainda, educação musical e física. A educação iniciava-se aos sete anos quando o menino desligava-se da autoridade materna e principiava seus estudos. Já a menina era mantida em uma parte determinada da casa – gineceu – para aprender os afazeres domésticos. Aos treze anos, os mais pobres saíam em busca de um ofício e as crianças de famílias mais abastadas eram encaminhadas ao ginásio. Dos 16 aos 18 anos dedicavam-se à filosofia e literatura. O ensino superior se deu apenas com os sofistas. A educação formal atendia somente os filhos das classes mais abastadas, não havia ensino profissionalizante (exceto arquitetura e medicina) e o ensino não era obrigatório nem gratuito onde prevalecia, portanto, a iniciativa popular. No dizer de Sólon, as crianças deveriam aprender a nadar e ler. Posteriormente, as pobres deveriam exercitar-se na agricultura ou em uma indústria, enquanto as ricas deveriam se dedicar à música, equitação, filosófica, caça e à frequência aos ginásios.⁷

Ao lado dos sofistas e da Paidéia, está Platão, importante filósofo grego (428-347 a. C) cujo verdadeiro nome era Arístocles. Platão, que pertencia a uma aristocrática família ateniense, foi discípulo de Sócrates e um apaixonado por política. Sua filosofia foi quase toda apresentada em forma de diálogos nos quais o papel principal, o de expositor de suas idéias, era conferido a Sócrates: a finalidade era de “clarear” conceitos através de perguntas e respostas. Sua

⁶ ARANHA, M.L. de A., *História da educação e da pedagogia*, p.63 et. seq.

⁷ *Ibid*, p.66.

intenção não era ensinar algo novo às pessoas, mas estimulá-las a uma melhor compreensão daquilo que elas imaginam saber.

Platão escreveu três grandes obras políticas: *O Político ou Estadista*, *Leis* e *A República*: nesta ele desenvolveu sua teoria sobre educação. No Livro VII de *A República* – também conhecido com “Alegoria das Cavernas” – Platão desenvolve, simbolicamente, a idéia de que aquele que consegue romper as barreiras e atingir o verdadeiro conhecimento atinge o mundo das idéias que é o lugar da essência imutável de todas as coisas. O mundo perceptível para ele é apenas o mundo sensível, ou seja, um mundo que é nada mais que sombra ou cópia daquele das idéias. No texto, ele pede para seu interlocutor, Glauco, imaginar alguns homens numa habitação subterrânea em forma de caverna, com uma entrada aberta para a luz. Estes homens estão neste local desde a infância, algemados de pernas e pescoços, de tal maneira que só lhes é dado permanecer no mesmo lugar e olhar para frente. Serve de iluminação apenas uma fogueira colocada atrás deles e dispostos desta maneira, estes homens não são capazes de olhar o que passa fora da caverna, mas apenas as sombras das coisas que passam às suas costas.⁸ Se os homens saíssem da caverna a princípio não seriam capazes de vislumbrar nada; contudo, após algum tempo seus olhos se acostuariam com o brilho da luz e passariam a enxergar os verdadeiros objetos. Mas se apenas um deles se soltasse, este deveria voltar à caverna e contar para os demais o que vira.

Nesse texto, o homem acorrentado representa o indivíduo preso às suas paixões e crenças e que não possui, portanto, a compreensão verdadeira das coisas: está preso à ignorância onde não consegue ver a realidade, uma vez que está preso também à mera aparência.

O homem que se solta é o filósofo, aquele que, por não estar preso às amarras consegue ver o Sol e formular suas próprias idéias inspiradas pelo verdadeiro conhecimento: não está preso pelo véu das crenças, dessa forma cabe a ele governar os demais.

Na filosofia platônica, a educação possui um importante papel, uma vez que somente ela poderia propiciar a felicidade ao indivíduo e o bem-estar para o Estado que, segundo Platão, deveria ser responsável pela educação. Deve ser ministrada de modo semelhante a homens e mulheres e de acordo com as

⁸ PLATÃO, *A república*, p. 210 passim.

diferenças que certamente existem entre as pessoas, a fim de ocuparem suas posições na sociedade, o que é feito por meio de seguidas seleções.⁹ Ainda segundo a sua filosofia, a educação dividir-se-ia em três fases: bronze, prata e ouro. Todos teriam acesso ao ensino, mas não da mesma forma, e sim de acordo com a capacidade intelectual e com a função que cada um desempenharia na *polis*. O primeiro corte educacional, aos 20 anos, serviria para identificar os homens de alma de bronze, isto é, aqueles cuja sensibilidade é grosseira tornando-os qualificados para trabalhos mais básicos como a agricultura, artesanato e comércio. O segundo corte, dez anos mais tarde, determinaria os homens de alma de prata, os quais por serem mais capazes que os primeiros, trabalhariam como soldados encarregados da defesa da cidade. Destes dois cortes, sobram os homens de alma de ouro que, por serem notáveis, receberiam instrução na arte de dialogar, ciência política e filosofia. A eles estaria reservado o exercício do poder, o destino da sociedade. Apesar de ser um defensor da aristocracia, Platão propõe a sofocracia. Ao invés de ser um poder passado de pai para filho, relacionada com berço e riqueza, este modelo de poder defendia a idéia que para um Estado ser bem governado, é preciso que seja entregue aos mais sábios.

Apesar de ser seu discípulo, Aristóteles (384-332 a.C) critica Platão. Nascido em Estagira, norte da Grécia, tornou-se preceptor de Alexandre, o Grande e posteriormente fundou, em Atenas, sua própria escola, o Liceu. Estabeleceu um novo sistema filosófico que recusava o artifício do mundo das idéias. A imutabilidade do conceito e o movimento das coisas poderiam ser compreendidos a partir dos mesmos. Aristóteles, para explicar o ser, utiliza dois elementos indissociáveis: a matéria e a forma. A primeira é pura passividade: contém as virtualidades da forma em potência. A segunda seria o princípio inteligível, isto é, a essência comum aos indivíduos de uma mesma espécie.¹⁰ Para Aristóteles, todo ser humano tende a atualizar a forma para atingir a perfeição, ou seja, está em constante movimento. Como consequência dessa busca, a educação é vista como uma forma de ajudar o ser humano a alcançar sua plenitude e a realização do seu ser. Esse modelo de educação pretende levar a pessoa a tornar-se o que deve ser, isto é, a realizar sua verdadeira essência. A distinção entre o homem e o animal é

⁹ ARANHA, M. L. de A. *História da educação e da pedagogia*, p.77 passim.

¹⁰ *Ibid*, p. 74 et. seq.

a capacidade de pensar, e para o filósofo, a virtude seria viver conforme a razão, pois é esta que deve disciplinar o agir humano. A felicidade, ou o alcance do sumo bem, é viver na plenitude da realização humana desenvolvendo as faculdades físicas, morais e intelectuais. Um dos principais objetivos da educação era produzir pessoas de virtude.

Aristóteles traça uma divisão da educação que deveria começar desde muito cedo. No primeiro estágio da vida, as crianças devem ser treinadas para suportar tudo aquilo que, por hábito, consegue-se suportar tal como o frio. Fazer as crianças suportarem o frio desde muito cedo tornariam-nas melhores ao serviço militar. O próximo estágio duraria até cinco anos de idade. Nesta época não deveria haver qualquer exigência educacional às crianças e, sim, jogos infantis que preparariam o caminho para as ocupações da vida. Dos cinco aos sete anos de idade as crianças deveriam conhecer o que lhes seria ensinado mais tarde. Posteriormente, o ensino seria dividido dos sete anos à puberdade e desta até a idade de vinte e um anos.

A transmissão de conhecimento, no modo aristotélico se dá pela observação e repetição. A criança se educa pela observação do agir dos adultos; com base nesse modelo, ela agirá da mesma forma. Em virtude disso, o legislador deveria ter o cuidado de afastar a indecência na fala pois de palavras vergonhosas corresponderiam ações vergonhosas.¹¹ Na concepção aristotélica, a educação deveria ser fornecida pelo Estado, uma vez que deveria ser única para todos. Todos os cidadãos pertencem ao Estado, não a si próprios. Como parte inseparável do todo devem ser cuidados da mesma forma, pois o treinamento em coisas que são do interesse de todos não pode ser feito de forma diferenciada. O legislador deve também preocupar-se com a educação, pois, segundo Platão, sua omissão causa danos ao Estado, uma vez que o cidadão deve se adequar ao caráter do governo em que vive para poder preservá-lo. O caráter da democracia cria a democracia, o caráter da oligarquia cria a oligarquia: sempre, quanto melhor o caráter, melhor o governo.¹²

Nesse sentido, Aristóteles defende a idéia de se ter leis relacionadas com a vida inteira pois as massas obedecem à compulsão em detrimento da razão e às punições em detrimento dos princípios de honra. Dessa forma pode-se concluir

¹¹ OZMON, H. A. ; CRAVER, S.M., *Fundamentos filosóficos da educação*, p. 90.

¹² *Ibid*, p. 91.

que o homem bom deve ser bem educado e formar bons hábitos, quais sejam: continuar a viver sob as boas instituições e nunca praticar o que é mau, voluntária ou involuntariamente. A lei possui o poder compulsório, já que é a razão.¹³

O mais alto propósito do homem é ser feliz: isso somente será alcançado através de um agir racional, de uma conduta moral e moderada. Os deuses, segundo Aristóteles, dispensariam mais atenção àqueles humanos que amam e honram o intelecto. Assim, o homem sábio é o mais querido pelos deuses e ao mesmo tempo o mais feliz, de modo que, o homem mais sábio deve ser o homem mais feliz.

3.1.2 Concepção cristã

O cristianismo, após a queda do Império Romano, tornou-se o elemento unificador de uma Europa fragmentada. A produção intelectual da Antiguidade passa a ser propriedade dos clérigos, mas há uma disparidade latente entre o naturalismo e o intelectualismo gregos e o espiritualismo cristão.

Para estes os valores terrenos subordinavam-se aos espirituais com a concepção de vida após a morte, mal e bem, virtude e pecado, para aqueles não havia o questionamento de vida eterna. O trabalho desenvolvido nos mosteiros pelos copistas foi a solução encontrada pela igreja para adaptar o pensamento grego à concepção cristã. Apenas parte dos textos era traduzida para latim de forma que a verdade de Deus era sempre o ponto de partida; nunca a fé contrariava a razão.

A filosofia cristã passa por dois grandes períodos: a Patrística e a Escolástica. A Patrística, filosofia dos Padres da Igreja iniciada no período decadente do Império Romano dominou pensamento do Cristianismo durante a Idade Média. Seu principal representante foi Santo Agostinho (354-430 d.C). A exposição da doutrina religiosa nessa época tentava harmonizar a fé e a razão, a fim de compreender a natureza de Deus e da alma e os valores da vida moral.

Alguns teólogos retomaram os ensinamentos platônicos adaptando-os à ótica cristã com o intuito de fundamentar a moral que pregava o controle racional das paixões. Dentre as inúmeras obras escritas por Santo Agostinho, o livro *De*

¹³ OZMON, H. A.; CRAVER, S.M., *Fundamentos filosóficos da educação*, p. 91 et. seq.

Magistro (Do Mestre), um diálogo com seu filho Adeodato de dezesseis anos, é seu trabalho específico sobre educação, no qual, por influência clara de Platão, divide o conhecimento em dois tipos: o que advém dos sentidos e portanto é imperfeito, mutável e o outro, que é o perfeito conhecimento das essências imutáveis. Este último, para Platão, era derivado da contemplação das essências no mundo das idéias antes da vida presente. Santo Agostinho, contudo, transformou a Teoria das Reminiscências em Teoria da Iluminação. Para ele, o ser humano receberia de Deus o conhecimento das verdades eternas,¹⁴ e portanto acreditava que o saber não era transmitido do mestre ao aluno, mas que a verdade se encontra dentro de cada um. O intelecto não poderia, de forma alguma, ser desprezado, uma vez que Deus apenas iluminaria a razão tornando possível o pensar concreto.

A Escolástica, filosofia das escolas cristãs ou dos doutores da Igreja, desenvolveu-se a partir do século IX alcançando seu apogeu no séc. XIII e início do século XIV quando seguiu em decadência. Possui este nome por ter sido uma filosofia ensinada nas escolas.

Escolástica vem de *Scholasticus* que significa “professor das artes liberais e mais tarde também o professor de filosofia e teologia, oficialmente chamado *magister*.”¹⁵

Os teólogos buscavam o apoio da razão para a fé a fim de melhor explicar crenças, combater infiéis e convencer os não-crentes. Na Idade Média, a base da educação era a concepção do ser humano como criatura divina que deveria cuidar da salvação de sua alma e da vida eterna, pois estava apenas de passagem na Terra.

Nos séculos XII e XIII tornou-se necessário o uso da argumentação sustentado por um sistema lógico no combate às heresias, não apenas na imposição pura da fé. Desta forma, a filosofia tornou-se estudo obrigatório uma vez que a razão era vista como serva da fé. As argumentações são embasadas na lógica aristotélica e o raciocínio dedutivo é desenvolvido.

O método escolástico era constituído por várias etapas, sendo elas a leitura (*lectio*), o comentário (*glossa*), as questões (*quaestio*) e a discussão (*disputatio*). Seu principal representante foi São Tomás de Aquino (1225-1274 d.C) cuja obra

¹⁴ ARANHA, M. L. de A., *História da educação e da pedagogia*, p. 113 et.

¹⁵ *Ibid*, p. 114 passim.

primordial foi a *Suma Teológica*. No que diz respeito à educação, São Tomás escreveu uma obra homônima à de Santo Agostinho, onde define a educação como uma atividade que torna real tudo aquilo que é potencial. É, portanto, sustentada pela teoria aristotélica da matéria e da forma. Apesar de o processo ser desenvolvido pelo educando que se desenvolve com a ajuda do mestre, o ensino depende das Sagradas Escrituras e da graça da Providência Divina.¹⁶ O cerne do pensamento tomista é a existência de um princípio divino que ordena o mundo. Dessa forma, o ser humano é dirigido a Deus e por possuir inteligência deve aprender a discernir para fazer as escolhas corretas que o levarão a atingir o ideal da verdade e do bem. A superação das dificuldades e o alcance da felicidade somente ocorrerão através da educação.

Além disso, São Tomás de Aquino afirma que o bem objetivo, capaz de proporcionar ao homem a felicidade perfeita é Deus, e que a razão, seguida pela revelação, mostra o caminho a ser seguido para alcançá-lo.¹⁷

3.1.3 Jusnaturalistas

Apesar da existência de diversos pensadores jusnaturalistas de suma importância, nesta parte, serão abordados apenas os ensinamentos de Locke, Rousseau e Kant. Não se está, de forma alguma, ignorando as contribuições dos demais, mas a seleção se fez necessária para a construção teórica do trabalho.

John Locke (1632-1704), médico, filósofo inglês e principal representante dos ideais burgueses no século XVII, voltou sua visão liberal e humana para a educação. Como empirista, Locke atribuiu papel preponderante à experiência sensível no processo do conhecimento. Privilegiou, portanto, a experiência condicionando a ela o trabalho da razão. Seguindo essa linha, combateu as idéias difundidas pelo racionalismo cujo principal defensor foi Descartes (1596-1650). Este provocou uma grande modificação no pensamento moderno ao afirmar que o pensamento metodicamente conduzido encontra primeiramente em si os critérios que irão permitir o estabelecimento de algo como verdadeiro. Dessa forma, não seria necessário confiar nos dogmas, uma vez que o espírito humano, se souber

¹⁶ ARANHA, M. L. de A., *História da educação e da pedagogia*, p.116 et. seq.

¹⁷ *Ibid*, p. 117.

manter sua independência e utilizar o método, possui em si os meios de alcançar a verdade.

A certeza, para Descartes, é possível porque o espírito humano possui idéias inatas, claras e distintas, tais como as de ‘infinidade’, ‘perfeição’, ‘extensão’ e ‘movimento’. Locke combate a Teoria das idéias inatas, pois para ele a mente humana é como uma tábua sem inscrições e o conhecimento só iniciaria após a experiência em suas formas de sensação e reflexão. É o homem quem constrói o seu próprio intelecto através da vontade. Locke desenvolve uma concepção da mente infantil e da educação em que dá papel preponderante ao mestre, uma vez que este proporciona experiências fecundas no auxílio correto da razão.¹⁸

A educação é essencial ao homem, pois determina seu futuro. Segundo o filósofo, nove entre dez homens são o que são, bons ou maus, profícuos ou não, de acordo com sua educação. Ela é o que faz a grande diferença na humanidade.¹⁹ Ao analisar seus fins, Locke afirma que se encontram no caráter, este muito mais importante do que a mera educação intelectual. “Coloco a virtude como primeiro e mais necessário dom em um homem (...) um requisito absoluto para torná-lo valorizado e amado pelos outros, aceitável ou tolerável para si mesmo”, dizia o filósofo.²⁰

O desenvolvimento do homem tem que ser tríplice: físico, moral e intelectual, mas não deve haver a universalização da educação. Locke entendia que a formação daqueles destinados a governar e dos que serão governados deveria ser essencialmente diferente. Contudo, acreditava que a educação era o único meio de formar cidadãos conscientes, livres e autônomos.

Por outro lado, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), filósofo cujas obras tiveram lugar de destaque na política, produziu também uma teoria da educação que transcendeu o século XVII exercendo influência até os dias de hoje. A sua doutrina educacional é fortemente influenciada por sua concepção política liberal. Para ele, o indivíduo no estado de natureza é bom, mas uma vez corrompido na sociedade há a destruição de sua liberdade. A educação seria a única forma de proteção das crianças contra a má influência advinda da sociedade. Bem educadas, elas não seriam contaminadas pela perversidade social que deformaria o

¹⁸ ARANHA, M. L. de A., *História da educação e da pedagogia*, p. 156 et. seq.

¹⁹ OZMON, H. A.; CRAVER, S. M., *Fundamentos filosóficos da educação*, p.94.

²⁰ *Ibid*, p.95.

desenvolvimento natural de seu verdadeiro eu. Em sua teoria, Rousseau muda o foco da educação para o próprio homem, isto é, não considera a educação “para Deus”, nem mesmo “para a sociedade”. Segundo ele, sendo os homens naturalmente iguais a vocação comum é a condição de homem e se for bem educado para tal intuito desempenhará bem qualquer outro papel. “Viver é o ofício que quero ensinar-lhe. Ao sair de minhas mãos, concordo que não será nem magistrado, nem soldado, nem padre; será homem, em primeiro lugar.”²¹ O filósofo compreende a necessidade de se pensar no significado da infância e defende a idéia de que a educação deve se iniciar a partir daí. Na realidade, “a educação do homem começa com o seu nascimento”²² portanto a formação do homem deve se dar antes do cidadão. Em sua obra *Emílio*, ele defende a impossibilidade da formação conjunta homem/cidadão. A construção do primeiro deve se iniciar com o nascimento e continuar até a adolescência momento que já terá qualidades suficientes para inserir-se na coletividade e, então construir a sua cidadania. Diferencia, portanto, o *homem natural* do *homem social*. Enquanto aquele está próximo ao seu estado primitivo, este se encontra modificado pelas alterações das circunstâncias, dos semelhantes, da sociedade.

A infância é considerada por Rousseau o momento em que o desenvolvimento do homem está mais próximo ao seu estado natural. É na infância que ele vai ser formar o homem natural e é por isso que ele defende a necessidade da educação se iniciar com o nascimento. Posteriormente, na sociedade ocorrerá a sua degeneração. O homem, segundo o filósofo, mistura e confunde os climas, os elementos, as estações; desfigura e perturba tudo; ama a deformidade e não quer nada da maneira como a natureza fez, nem mesmo o próprio homem.²³

Há, ainda, a hipótese do homem desfigurado. Este seria aquele que não recebeu educação conforme a natureza, aquele, segundo o filósofo, que foi abandonado desde seu nascimento e que os preconceitos, a autoridade, a necessidade, as instituições sociais abafariam nele a natureza sem dar nada em troca. O homem agiria somente conforme os ditames da sociedade e isto só faria aumentar a distância entre o ser atual e o mesmo ser ao nascer.

²¹ ROUSSEAU, J.-J., *Emílio ou da Educação*, p. 14 et. seq.

²² *Ibid*, p. 48.

²³ *Ibid*, p. 7.

A educação para Rousseau é dividida em dois grandes momentos. O primeiro inicia-se com nascimento e dura até os quinze anos de idade. O segundo momento parte dos quinze e prolonga-se até os vinte e cinco anos. Na primeira fase o indivíduo se firmará como homem e obterá estrutura para a posterior condição de cidadão. Portanto, para Rousseau essa é a fase mais importante e cabe incontestavelmente às mães. A educação, desta forma, não é pensada por ele como exclusividade dos professores: os primeiros educadores serão os pais. É de responsabilidade destes a formação de homem das crianças, no entanto, ele atribui à mãe o papel principal na educação. A criança, para ele, não deveria ser vista como um adulto em miniatura, mas um ser com características e idéias próprias. A educação não deveria ser vista como um procedimento de transmissão, ou seja, como conhecimento transmitido. A criança deveria pensar por si mesma; a educação deveria ser um processo que vem de fora para dentro, um conhecimento interno e natural.

Na primeira fase, dever-se-ia aprender a controlar seus desejos e conhecer seus limites. Após o controle do físico, de se tornar um indivíduo dono de si mesmo, haveria a segunda fase educacional. O adolescente iniciaria a educação moral, pois é através da razão que se pode conhecer a diferença entre o bem e o mal. A consciência que faz com que amemos a um e odiemos ao outro, apesar de independente da razão, não pode se desenvolver sem ela.

Outro importante filósofo do século XVIII, que exerceu grande influência na história do pensamento, foi Immanuel Kant (1724-1804). Dentre as suas obras, a importância que deu à educação encontra-se manifestada em *Crítica da Razão Pura*, onde desenvolve a crítica do conhecimento, e *Crítica da Razão Prática*, obra em que analisa a moralidade.

Na primeira, há a retomada da discussão entre racionalistas (Descartes) e empiristas (Locke). Ao observar a insuficiência das argumentações, Kant elabora uma nova teoria baseada na investigação do valor dos nossos conhecimentos a partir da crítica das possibilidades e limites da razão. Kant questiona as duas teorias, pois segundo ele, para os empiristas tudo que conhecemos vem dos sentidos e para os racionalistas tudo que pensamos vem de nós. Diz que “o nosso conhecimento experimental é um composto do que recebemos por impressões e do que a nossa própria faculdade de conhecer de si mesma tira por ocasião de tais

impressões.”²⁴ A razão, para ele, não é capaz de conhecer as realidades que não se oferecem à experiência sensível. Deus, imortalidade da alma, liberdade e infinitude são questões que não são acessíveis ao conhecimento. Porém existe algo para além do ato de conhecimento, uma atividade espiritual, o exercício da consciência moral. Esta é capaz de reger a vida prática, mas não são estabelecidos pela razão especulativa (ou científica) e sim pela razão prática que orienta a ação humana, a vida prática e moral.

A moral formal seria composta, a princípio, pelo postulado da liberdade e fundamentada na autonomia. O homem deve aprender o controle do desejo, pois só assim é capaz de se autodeterminar. O papel da educação, portanto, seria ao desenvolver a razão, formar o caráter moral: o homem só pode tornar-se homem pela educação, e ele é tão-somente o que a educação fez dele.²⁵

O treinamento moral deve-se procurar inspirar nas crianças idéias do certo e errado e como a moralidade é algo tão sagrado, a punição deve ser abolida, pois do contrário, estar-se-ia igualando-a com a disciplina. A educação moral inicia-se com a formação do caráter.²⁶

Kant acredita na obediência voluntária, mesmo quando a coerção se faz necessária, ela terá por finalidade assegurar a liberdade. O saber também se rege pelo princípio da conduta moral, uma vez que, como o outro, deve ser um ato de liberdade, isto é, construída pelo sujeito. É somente pela educação que o homem passa do estado animal e ingressa no estado de homem, uma vez que alcança sua autonomia intelectual e moral.

Na filosofia Kantiana, portanto, a educação deve ter o suporte da experiência – educação física - que abrange corpo, alma e uma educação prática tornando-se assim moral e prudente. O homem obedecerá às leis não por medo do castigo, mas pelo imperativo de lei que existe em sua consciência.

²⁴ ARANHA, M. L. de A., *História da educação e da pedagogia*, p. 180.

²⁵ *Ibid*, p. 181.

²⁶ OZMON, H. A.; CRAVER, S. M., *Fundamentos filosóficos da educação*, p.55.

3.2 Educação: conceito

Após acompanhar a evolução do pensamento filosófico sobre a educação, mister se faz analisar o seu conceito através da visão de sua importância ao homem.

Logo no início, torna-se clara a dificuldade de se elaborar, ou mesmo encontrar na doutrina existente uma definição que acolha todos os limites do tema. Filósofos, historiadores, educadores, juristas, sociólogos, antropólogos, enfim, todos possuem uma visão, e é claro, uma definição para a educação.

Educar origina-se de dois verbos latinos: *educare* e *educere*. O primeiro compreende um processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano. Possui o sentido de criar, alimentar, subministrar o necessário para se desenvolver a personalidade. O segundo possui um sentido etimológico inclinado por uma educação em que o mais importante é a capacidade interior do indivíduo cujo desenvolvimento só se dará de forma decisiva se houver um dinamismo interno.²⁷

Educação é um processo contínuo de informação e formação física e psíquica do ser humano para uma existência e coexistência; o individual é ao mesmo tempo social. Seria portanto um instrumento que possibilitaria a formação da cidadania, conquista da plenitude de direitos e principalmente a formação para a dignidade.²⁸

Além disso, distingue-se de instrução e doutrinação. Nesta, não há respeito da liberdade do educando. Há, na realidade, uma pseudo-educação, uma vez que ocorre a imposição de conhecimentos e valores onde todos são submetidos a uma só maneira de pensar e agir.

Instrução possui uma conotação mais restrita do que educação pois está diretamente relacionada, segundo Savater, com a capacitação do jovem para a realização de tarefas básicas e técnicas, necessárias para o trabalho. Refere-se portanto à aquisição de conhecimentos, àqueles conteúdos e práticas para o exercício de funções específicas para a vida social.²⁹

²⁷ MUNIZ, R. M. F., *O direito à educação*, p.7 et. seq.

²⁸ GARCIA, M. *A nova lei de diretrizes e bases da educação nacional*, p.57.

²⁹ SAVATER, F. *O valor de educar*, p.68.

Oliveira afirma que a instrução capacita o homem a enfrentar as diversas situações de sua vida, porém é a educação que dá um rumo à instrução. De acordo com esse autor, a educação não fornece simplesmente uma informação a respeito de fenômenos e eventos do mundo, mas é antes a aprendizagem de um relacionamento justo com o todo na vida humana, uma ajuda para que o homem possa encontrar seu lugar no toda da realidade. A educação preocupa-se com o processo de libertação do homem e com o ato de personalização do homem.³⁰ Portanto, torna-se o meio utilizado pelo homem a fim de desenvolver suas potencialidades biopsíquicas que não atingiram a perfeição naturalmente. Brandão, ao citar a Enciclopédia Brasileira de Moral e Civismo afirma que:

A educação é um processo vital, para o qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela ação consciente do educador e pela vontade livre do educando. Não pode, pois, ser confundida com o simples desenvolvimento ou crescimento dos seres vivos, nem com a mera adaptação do indivíduo ao meio. É atividade criadora, que visa a levar o ser humano a realizar as sua potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais. Não se reduz à preparação para fins exclusivamente utilitários, como uma profissão, nem para desenvolvimento de características parciais da personalidade, como um dom artístico, mas abrange o homem integral, em todos os aspectos de seu corpo e de sua alma, ou seja, em toda a extensão de sua vida sensível, espiritual, intelectual, moral, individual, doméstica e social, para elevá-la, regulá-la e aperfeiçoá-la. É processo contínuo, que começa nas origens do ser humano e se estende até à morte.³¹

O objetivo da educação é guiar o homem a um desenvolvimento dinâmico através do qual ele se constituirá como pessoa dotada com as armas do conhecimento, portanto com poder de julgar e possuidor de virtudes morais. A educação transmite ao indivíduo o patrimônio espiritual da nação e da civilização à qual pertence preservando a herança cultural dos seus antepassados.

Através de uma análise sociológica, não se pode afirmar que a educação é o meio pelo qual o homem irá atingir a perfeição sem se perguntar qual perfeição é esta. O que existe é a necessidade de se trabalhar com a formação de tipos concretos de pessoas *na* e *para* a sociedade. A educação passa portanto a ser vista como uma prática social, isto é, por meio da atribuição de tipos de saber, reproduz tipos de sujeitos sociais. No dizer de Durkheim, é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as mais novas, não preparadas para a vida social. O objetivo é,

³⁰ OLIVEIRA, M. A. de, *Ética e práxis histórica*, p. 22 passim.

³¹ BRANDÃO, C. R., *O que é educação*, p.63.

portanto, desenvolver na criança aspectos físicos, intelectuais e morais necessários para a vida em sociedade.³²

A comunidade atribui suas características a seus membros. Costumes, regras, princípios, escritos ou não, são passados a todos componentes por códigos sociais. O modo que a sociedade vai se organizar em relação à vida, à produção de bens ou divisões de classes determina suas normas. Estas, por sua vez, definem a educação que molda o homem. Durkheim afirma, mais uma vez, que cada sociedade, em dado momento, possui um sistema educacional que se impõe aos seus cidadãos.³³ No entanto, a educação não deve ser vista apenas como um meio de moldar o ser humano para a vida em sociedade. Ela deve preparar a criança para uma civilização em mudança. Cientistas políticos percebem esta vertente e passam a tratar a educação não como um direito pessoal, mas como uma forma de investimento, pois a educação não serve apenas para formar pessoas educadas e sim agentes de mudança.³⁴

Há, diante de tantos posicionamentos, diversos conceitos de educação. Deve-se, entretanto, nunca perder de vista um ponto comum a todos eles: a noção de progresso. Seja como desenvolvimento de potencialidades, aprimoramento do homem para a vida em sociedade ou formação de um agente de mudanças, a educação implica em progresso. O homem, por meio do processo educacional progride como pessoa e membro da comunidade. Educação, desenvolvimento, capacidade de viver em sociedade harmonicamente, identidade e dignidade não podem ser vistas de forma estanque. O ensino deve ser visto como um instrumento de engrandecimento do ser humano, que o torna capaz de participar ativamente em seu meio: econômica, política e socialmente. Dessa forma, além de ser tido como de extrema importância, a necessidade de se assegurar a sua oferta da forma mais ampla possível tem que ser vista como obrigação primordial do Estado. Obrigação, contudo, que não pode ser restrita às leis, e, sim incorporada à realidade da comunidade de forma constante, igualitária e com qualidade suficiente para que os objetivos e benefícios da educação sejam alcançados.

³² BRANDÃO, C. R., *O que é educação*, p.71.

³³ *Ibid*, p.76 et. seq.

³⁴ *Ibid*, p.83 et. seq.